

D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India

I

No dia 24 de março de 1505 iam grandes festas na muito nobre e opulenta cidade de Lisboa, a cujo porto começavam a affluir as riquezas do Oriente e os mercadores da Europa. Baloiçavam-se no rio os galeões e as caravelas que haviam de ir sulcar os mares ainda quasi virgens da Africa e da India, e nas ruas da velha cidade apinhava-se immensa multidão de povo, que fitava os olhos maravilhados no luzido cortejo que entrava as portas da sé. O espectaculo que ia presenciar principiava já por esse tempo a não ser extraordinario, e, comtudo, bastaria para satisfazer a mais fervente curiosidade do mais furioso basbaque dos nossos dias. Mas os nossos bons maiores iam começando a estar saciados d'essas pomposas ceremonias, e não sentiam já ao vêl-as a commoção forte de que são tão ávidas as multidões. Eram ruins de contentar os bons burguezes de Lisboa, e tão ambiciosos de impressões violentas, que, no anno seguinte a este a que nos referimos, mataram, para se saciarem, cêrca de dois mil judeus. Innocente passatempo com que a boa gente da capital ia matando saudades dos parentes que andavam por longes terras ás frechadas e ás lançadas com os indios e os musulmanos! graciosa symphonia com que os portuguezes, que eram então os chefes da orchestra européa, preludiavam a essa bonita opera que, setenta annos depois, Carlos IX, o rei poeta, fazia representar nas ruas de Paris na noite de S. Bartholomeu!

Mas a festa que n'esse dia chamava as attenções da plebe lisbonense era tal, que não podia deixar de despertar a curiosidade dos mais desdenhosos. El-rei D. Manuel, o *Venturoso*, chegado n'essa epocha ao auge do seu poder e da sua felicidade, enviava á India, como seu logar-tenente, seu *alter ego*, seu vice-rei, em fim, um dos mais nobres e prestantes fidalgos do reino, e na velha cathedral da rainha do Tejo ia benzer a bandeira que o seu delegado havia de desfraldar nos mares e continentes sujeitos á sua auctoridade.

Estava fundado e cimentado já com o sangue de não poucos portuguezes esse vasto imperio por onde se dilatava, até aos confins do universo, a pequenissima Lusitania. Pela costa occidental da Africa os padrões das quinas, encimados pela cruz, marcavam, como os alfinetes pregados nos mappas geographicos, a estrada do cabo Tormentorio, cercado de brumas e tempestades, berço nebuloso d'onde a phantasia de Camões havia de fazer surgir a figura gigante de Adamastor. Para além das vagas montuosas, que se empinavam como as selvas de horrores nos contos de fadas, estendia-se a região das maravilhas e encantamentos, Sofala e as suas minas de oiro, Quiloa e Mombaça com o seu opulento commercio, e, depois d'este vestibulo grandioso, o palacio de Aladino, o sonho doirado dos europeus, a India com o seu fertilissimo solo, o seu firmamento azul, cujas fulgidas estrellas pareciam ter no seio da terra o espelho que as reflectia em constellações de diamantes! Para o lado do Occidente entrevia-se vagamente um paiz immenso, envolto em rico manto de arvoredo, que parecia apenas uma linha no horisonte, paiz em que mal poisára o pé Pedro Alvares Cabral, terra que se chamava Santa Cruz, e que ia, com grave escandalo dos piedosos chronistas contemporaneos, chamar-se dentro em pouco Brasil.

Vasco da Gama, por duas vezes, Pedro Alvares Cabral, João da Nova, Francisco e Affonso de Albuquerque, Vicente Sodré e Lopo Soares, tinham ido á testa de esquadras, cada vez mais numerosas, pedir ao Indostão os thesouros que a Europa cubiçava, e cujo trato enriquecêra as duas republicas maritimas italianas, Veneza e Genova, e era uma das fontes de receita do sultão do Egypto, e em geral de todos os

povos musulmanos que habitavam os paizes intermediarios ao oceano Indico e ao Mediterraneo, paizes que eram forçosamente a escala que esses productos alimentadores do luxo europeu haviam de atravessar. A chegada dos portuguezes á India por um caminho desconhecido aterrára os arabes e os persas, e o proprio sultão do Egypto, que ameaçára até, n'uma carta que dirigíra ao papa, arrasar o Santo Sepulchro se os atrevidos marinheiros d'esse canto da Europa occidental ousassem levar por diante os seus audazes projectos. Com estas disposições hostis que os portuguezes encontravam na raça preponderante nos sitios aonde desejavam ir mercadejar, claro está que, ainda que a isso os não movessem o desejo de poderio e riquezas, e a ambição natural de uma raça aventurosa, ver-se-hiam obrigados a empregar a conquista como auxiliar dos seus projectos mercantis. Para o estabelecimento das feitorias era necessario o estabelecimento de fortalezas; precisavam estas de ser numerosas, tendo que dominar tamanha extensão de costa; e, para que entre os seus governadores e os commandantes das esquadras que cruzassem no mar houvesse a indispenpensavel união e conformidade de planos, tornava-se urgente a nomeação de um chefe, a cujo mando se submettessem todos os portuguezes, combatentes ou não combatentes, que por essas longes terras andassem, e que fosse o representante legitimo da pessoa do rei junto dos rajahs indios com quem estivessemos ou entrassemos em relações.

A tudo isto attendeu el-rei D. Manuel, tomando a resolução de fundar na India um estabelecimento solido e de dar a direcção d'elle a homem capaz de poder com tão pesado encargo. Lançou para isso os olhos sobre Tristão da Cunha, fidalgo respeitado pela sua bravura e prudencia; mas, quando principiaram os preparativos de armada, cegou de subito o general escolhido, e por tal fórma, que chegaram os medicos a recear que não recuperasse a vista. No impedimento d'este, lembrou-se el-rei de D. Francisco de Almeida, filho segundo do primeiro conde de Abrantes, lembrança tão feliz, como foi estranho e venturoso (digamol-o assim) o acaso que, desviando Tristão da Cunha do alto cargo de vice-rei (sem o inutilisar para o serviço do paiz, porque, depois de partir a armada, foi melhorando por tal fórma que se restabeleceu e pôde sair á testa de outra esquadra), permittiu que a lista dos vice-reis da India se abrisse com tão glorioso nome como foi o do heroe que vamos biographar, e que no frontispicio d'essa maravilhosa epopéa que a espada portugueza escreveu nos fraguedos do Himalaya e nas ondas dos mares orientaes se desenhasse vulto, por tal fórma nobre, grandioso e illustre, que os annaes da velha Roma não apresentam outro que dispute com este primazias.

Homem que tal representação havia de ter na India, forçosamente devia de levar luzida armada e luxuosa comitiva. Assim aconteceu, com effeito. A esquadra era de trinta velas, e ia provida de tudo quanto era necessario: petrechos e munições de guerra, pedra já lavrada e trabalhada para as fortalezas que se haviam de levantar, abastecimentos com abundancia, e homens de todos os officios, que podiam ser necessarios na mais imprevista occurrencia. Ao municiamento dos navios presidira el-rei em pessoa, que descia muitas vezes dos seus paços a presenciar o trabalho que se fazia nos armazens, trabalho dirigido pelo proprio descobridor do caminho que as naus tinham de sulcar, por Vasco da Gama, ou antes (porque já n'esse tempo estava em pleno gozo das recompensas que lhe haviam sido outorgadas pelo seu valor e pericia e serviços que prestára) pelo sr. D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, a quem essas occupações competiam pelo cargo que tinha de almirante-mór do mar das Indias.

Isto pelo que tocava aos recursos materiaes que se punham á disposição do illustre representante do monarcha portuguez. Honras fez-lh'as el-rei D. Manuel não vulgares por occasião da despedida; se o leitor quizer folhear as *Lendas da India* de Gaspar Corrêa, verá que basta razão tinha o povo para contemplar com avidez o magnifico espectaculo, porque apresentava em si todas as condições que podem captivar os olhos e prender a attenção. Ainda hoje nos arfa o peito de orgulho e enthusiasmo ao contemplarmos com os olhos da phantasia o esplendido panorama que devia apresentar esse cortejo de heroes.

Atravessem commigo, leitores, as ruas uniformes e monotonas da moderna Lisboa, paremos defronte d'essa velha sé, melancolica e impassivel testimunha de tanta grandeza e de tanto opprobrio, e, fitando bem os olhos no seu antigo portal, transportemo-nos em imaginação a essa grande era da renascença. Vejam o rei D. Manuel, pobre rei que mal podia com o peso das suas venturas, e com a herança de seu cunhado e da governança da geração de gigantes que se lhe curvava aos pés do throno. Vejam-n'o cercado de luzido bando de fidalgos com os seus tabardos e pelotes de brocado, com as suas mangas tufadas, todos resplandecentes de oiro e pedrarias nas roupas, e, mais ainda, nas frontes e nos olhos do reflexo das grandes façanhas por todos elles praticadas. Que se os diamantes indianos, incendidos pelo sol, espalhavam luz no templo, maior lustre derramam na patria, illuminados pelo sol da historia, os feitos de homens taes como Vasco da Gama, Alvares Cabral, Duarte Pacheco, Bartholomeu Dias e quantos mais! Se attentarmos bem, talvez n'um recanto da egreja vejamos o velho e folgazão Garcia de Resende, reservando o assumpto para a sua *Miscellanea*, e palestrando com Gil Vicente, quasi ainda desconhecido. Ondeia no ambiente do templo, com a sua haste doirada nas mãos de um rei de armas, a bandeira real de damasco branco, onde brilha a cruz de setim carmesim, com borlas de oiro, a cruz de Christo, a que sempre tem fulgurado na téla d'esses pendões audazes que devassam, desde o tempo do infante D. Henrique, as ignoradas solidões do Oceano. Defronte del-rei, e recebendo das suas reaes mãos a bandeira que ha de illustrar, veremos D. Francisco de Almeida, vestido como Gaspar Corrêa com toda a minuciosidade nol-o descreve: «em um tabardo frisado, e pelote de setym preto, e barrete de duas voltas, e huma quadea d'ombros muito delgada.» Oiçamos com acatamento as palavras que entre si trocam o homem feliz e o grande homem, e, relanceando a vista para o futuro d'elles, já nosso passado, e passado que vae tão longe, e lendo n'essas paginas mysteriosas o magnifico poema de que todos esses homens, alli presentes, hão de escrever alguma estrophe, curvemo-nos com respeito, e deixemos passar, netos degenerados, o cortejo luminoso d'esses heroes que, na phrase de um grande poeta moderno [1], ganharam com as armas de Achilles o imperio de Alexandre.

Depois, se quereis ver desfilar o cortejo em direcção ás naus, tereis occasião de observar as grandes honrarias que D. Manuel concede ao seu vice-rei, porque lhe dá guarda de alabardeiros, que formam no sequito, com as suas jaquetas de veludo preto, mangas de setim roxo e espadas doiradas; e vereis tambem o gentil D. Lourenço de Almeida, o bravo e sympathico moço que leva os olhos das enamoradas damas portuguezas, e em cuja louçã presença se enleva o pae, que outra coisa não vê n'este mundo a que mais queira senão ao filho, de todos tão estimado, e fadado para tão triste destino. Vêde-o como vae guapo e risonho, com os seus cabellos loiros e annelados, que lhe caem, contra a moda do tempo, sobre o pe-

1 Mendes Leal — *Pavilhão Negro*.

lote francez de mangas de brocado, montado n'um formoso cavallo branco, arreiado de prata com xaireis de brocado enfeitados de rosas! Pobre D. Lourenço! todo resplendente de vida, de mocidade, de belleza, com o riso nos labios e a esperança nos olhos que relanceia descuidoso por essas ruas e praças que não tornará a ver!

Assim vão n'esta ordem até á Ribeira, onde embarcam nos bateis e se dirigem ás naus, em quanto el-rei, com toda a sua corte, os está vendo passar das janellas dos paços da Alcaçova. E ainda que os leitores me accusem de demorado em futeis preliminares, não me posso escusar a contemplar por algum tempo este magico espectaculo, este specimen das pompas e luzimentos do Portugal antigo: el-rei e a rainha e os cortezãos nas varandas; o sol da primavera doirando as ondas azues do Tejo: o povo atulhando os caes; ao fundo, as naus da esquadra embandeiradas e empavezadas cobrindo uma vasta extensão do rio; o resto da enseada coalhado de navios mercantes de todos os paizes e lotações, tambem festivos, com os marinheiros curiosos trepados nas vergas; e deslisando ao longo da praia a frota dos bateis capitaneados pelo escaler do vice-rei, que leva toldo de veludo roxo e branco, franjado de oiro, e na prôa, solta á brisa do largo, a bandeira abençoada, a sacrosanta bandeira, que ora fluctua nas mãos do loiro D. Lourenço, cuja estatura elegante e desempenada se estampa na atmosphera luminosa de um formoso dia de primavera; e depois chegam ás naus, salva a artilheria... e com o fumo dos tiros dissipa-se a visão, e ficâmos, leitor, em frente do ermo Tejo, nas praças amortecidas da abatida Lisboa, vendo as quinas fluctuarem n'uma pobre corveta de guerra, que mal se descortina entre os formidaveis bojos das naus de alguma esquadra ingleza; contemplando ao longe, o vulto indistincto de Belem, ultimo raio d'estes extinctos esplendores!

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

No dia 25 de março de 1505 partia para a India a esquadra do vice-rei.

(Continúa) M. Pinheiro Chagas.

## O PRIMEIRO AMOR DE UM REI

POR JULIO DE SOMBRA

(Vid. pag. 109)

II

### A APPARIÇÃO

Declinava a tarde.

O ceo, coberto de nuvens negras, presagiava um d'esses medonhos temporaes tão frequentes no mar durante o equinoccio.

O vento rijo do norte impellia os navios, e aquella numerosa esquadra atravessava, com a celeridade do vapor, as revoltas aguas do Oceano.

A tempestade não se declarára ainda, e por isso navegavam com vento favoravel, cortando, no dia seguinte ao da saída do porto de Middelburgo, o Passo de Calais.

Dois dias depois dobravam o cabo de Finistère francez, dando vista ao territorio da antiga Armorica, e entravam em pleno Oceano ao amanhecer do quarto dia de viagem.

Até então a numerosa esquadra caminhava com regularidade, e as prôas dos navios seguiam com rumo ao cabo de Ortegal [1]; mas ainda tinham que deixar muitas milhas após si para chegar ás costas da Galliza.

Durante o dia achavam-se os praticos sobresaltados com um grande receio. Acostumados aquelles homens a viver no mar, conheciam na atmosphera que respiravam os symptomas da tormenta, e esperavam de um momento para o outro que o furacão encapellasse as ondas, e que as ondas despedaçassem na sua furia as embarcações.

Anoiteceu. O vento foi soprando mais rijo, e as ondas foram crescendo. Os officiaes dos navios mandaram colher as velas. O balancear dos vasos annunciava aos viajantes que estavam quasi á mercê das vagas.

As nuvens tornavam-se mais espessas, o furacão bramia furioso, e as ondas parecia terem despertado ao mesmo tempo e levantarem-se até ás nuvens para luctar com elle.

Succedêra ao relampago o trovão. Os navios soçobravam, e cada golpe de vento fazia-os correr como se fossem debeis lanchas.

A esquadra começou a desordenar-se, e todas as manobras dos marinheiros eram inuteis para dominar o impeto das revoltas aguas.

O maior terror panico se apoderou dos passageiros. As orações e as blasphemias envolviam-se com as vozes dos commandantes.

O espectaculo era terrivel e grandioso.

Viam-se na superficie espumosa os oitenta baixeis confundidos, dispersos, desorientados, sendo cada um joguete do mar.

Os mastros rangiam ao quebrar-se impellidos pelo vento; os cascos, açoitados pela agua, parecia que se afundiam e que se levantavam depois até alcançar as nuvens com os arvoredos.

Os ferros e as cadeias resoavam nos diversos pontos dos navios; os gritos e queixumes dos tripulantes eram apagados pelo furacão: e este parecia calar-se para deixar ouvir os horriveis bramidos do trovão.

A noite estava cada vez mais pavorosa. Só o resplandecer dos relampagos illuminava de vez em quando aquelle quadro de desolação, capaz de intimidar os mais indifferentes.

Appareceram de subito em quasi todos os navios umas luzes de côres, e as tripulações começaram a contal-as. Julgavam encontrar oitenta, mas não estava completo este numero; faltavam doze, e deviam, por consequencia, ter-se afundado outros tantos navios.

A consternação augmentava. A cada instante separavam-se mais as luzes. Todos julgavam proximos os seus ultimos momentos. O espanto e o terror chegou ao cumulo quando viram levantar-se do mar uma columna de fogo depois de ter caido uma faisca electrica.

Este espectaculo era muito mais terrivel que o anterior.

Um raio, entrando em um navio, fôra incendiar o paiol da polvora, e a explosão destruíra o baixel. Em breves instantes desappareceu aquella fogueira, annunciando a quantos a presenciaram que mais uma embarcação se afundíra inteiramente.

Como não podiam saber se a que levava o moço principe era a que tão desastrosamente acabára, a anciedade geral augmentou sobremodo.

Os navios conservavam-se separados. Tinham sido muitos mettidos a pique pelas enfurecidas vagas, e outros, impellidos pelo vento, arrojados ás costas da Galliza; mas deixemol-os para entrarmos em uma das embarcações que, afastada de todas, e levando içada uma lanterna branca, resiste ainda aos abalos violentos do mar, e avança sempre n'aquelle pelago.

O vento não lhe podéra partir nenhum mastro, mas a tripulação e os viajantes estavam apavorados, e erguiam preces ao ceo para que os livrasse da morte que os ameaçava.

Entre uns e outros via-se um mancebo, que nem se perturbava com os clamores dos naufragos, nem

[1] Norte da Galliza.

com os espantosos rugidos dos elementos desencadeados. Conservava-se impassivel como estatua. Mas de subito ouviu-se-lhe a voz:

— Amainem as velas, disse; deixemos que o vento nos leve ao porto de salvamento ou de encontro aos recifes.

Esta ordem apavorou ainda mais os marinheiros que a tempestade.

— Não me ouvem, gritou novamente o mancebo, ou são tão covardes que preferem á morte prompta, ou ao rapido salvamento, a esperança duvidosa?

Os marinheiros obedeceram sem replicar. Arriaram as velas, e o navio, acossado pelo furacão, não corria, voava como debil penna.

O mancebo deitou-se em uma pelle de leão que havia no convez, e entregou-se á mercê do vento.

O navio continuava a avançar com incrivel rapidez.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Adormecêra o mancebo tranquillamente no meio do perigo, como se estivesse deitado em brando leito.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Um relampago allumiou instantaneamente a coberta do navio. Ao seu fulgor pôde o moço principe ver uma formosa mulher que lhe estava ao lado como para guardal-o. Scintillavam-lhe os olhos; parecia ter recebido e abrigado a luz do ultimo relampago.

O principe, impellido por força irresistivel, tomou as mãos da mulher e perguntou-lhe:

— Quem és e por que estás ao meu lado nas horas do perigo?

A mulher sorriu-se.

— Não me conheces?... disse-lhe com accentuação tão suave, que profundamente commoveu o rei.

Carlos fitou-a de novo.

— Não... exclamou, não te conheço! Pelo teu rosto parece que vens do ceo. Quem és, pois, e como te chamas?

— Se te disser o meu nome não o esquecerás nunca. Será na tua alma uma paixão insaciavel; has de querer que esteja sempre ao teu lado; desejarás possuir-me, e a minha posse é muito difficil. Levanta-se o meu throno sobre montões de cadaveres e entre rios de sangue. A eternidade que posso offerecer é á custa do holocausto de innumeras vidas!

— Não importa... crê que não me falta o animo... Dize-me quem és, esclarece-me a intelligencia e exige os sacrificios... Posso amar-te sempre! Depois de ver-te quem poderá separar-se de ti?

— Não pensas que a morte está imminente, que o teu navio é uma fragil taboa á mercê das vagas, e que em um instante pódes submergir-te no abysmo?

— Se tu não me desamparares desafiarei os elementos enfurecidos. Dá-me animo a tua presença, e o teu affecto tornar-me-ha heroe.

— Ouve, pois. Fez-te o destino soberano de uma nação grandiosa. Filho privilegiado da sorte, realisarás o pensamento de teu avô o imperador da Allemanha, reunirás sob um sceptro unico as nações mais ricas e poderosas da terra; o teu imperio será tão celebre como o de Alexandre; dominarás as revoltas que estalarem contra ti; poderás dominar o vão orgulho de teus cortezãos; o teu nome será immortal, e concentrarás em ti as grandezas do seculo em que vives! Esta é a tua missão; cada passo que avances por este caminho será um estreito laço que te unirá a mim; porém tanta felicidade exige grandes sacrificios. Saberás preparar-te para elles? Queres saber o meu nome? Exiges que nunca te desampare?

— Sim, sim, exclamou o principe apertando convulsivamente as mãos do phantasma.

— Ouve, pois, as condições que te imponho.

— Falla.

— O teu coração será meu, inteiramente meu; dominal-o-hei por modo tal, que só eu poderei n'elle: paes, filhos, esposas, amantes, deixarás tudo para seguir-me. Só eu poderei dar-te a felicidade, e povoar-te a alma de alegrias infindas. Obedecerás cegamente ás minhas ordens.

— Estarás sempre a meu lado para me fortaleceres?

— Sempre que o desejares.

— E onde te encontrarei?

— Nas batalhas.

— Dá-me um penhor de que não faltarás á tua palavra.

— O que queres?

— Um beijo.

— Sabe primeiro o meu nome... Mas... ainda não é chegado o momento... Não te esqueças de mim, nem do que te disse.

Com estas palavras imprimiu os seus labios nos de Carlos; este pretendeu apertal-a contra o coração e não pôde; um espantoso trovão acordou-o de subito.

Desapparecêra a mulher de formosura sem egual; a tempestade afastára-se; começava a amanhecer; e a tripulação do navio, ajoelhada na coberta, dava graças ao Altissimo por ter-lhes salvado o baixel e as vidas.

— Já não está aqui! disse Carlos para comsigo. Vi-a, porém, uma vez no perigo, e nos perigos a procurarei sempre.

— Terra! terra!... gritou um marinheiro.

— Terra!... exclamaram todos saltando de contentamento.

— Onde estamos? perguntou o principe.

— Na costa das Asturias.

— E os outros navios?

— Vêem-se ao longe algumas velas, mas está submergida a maior parte da esquadra.

— Louvado seja Deus, que nos livrou!

— Viva o nosso rei! gritou um tripulante.

— Viva! corresponderam todos.

Meia hora depois o moço rei saltava em terra.

Achava-se no logar de Tazones, proximo de Villaviciosa.

Dos oitenta navios, só treze, contando com o de Carlos I, chegaram á costa. Os restantes tinham naufragado.

(Continúa) B. A.

## O CAMELO

Este animal, cuja fealdade e deformidade se nos apresentam aos olhos como o effeito de um capricho extravagante da natureza, deve ser considerado pelo homem pensador como uma das provas mais irrefragaveis da sabedoria que presidiu á creação do universo, e da solicitude da Providencia a prol da humanidade.

Em parte alguma do mundo se ostenta mais desvelada e tutelar a protecção divina para com o homem, que nos desertos, n'esses infindos areiaes, que são a imagem dos mares na immensidade do vulto, nas tristezas da solidão, nos perigos e furores das tempestades.

N'essas regiões foi avara a natureza, é bem certo, dos infinitos dons que em tantas outras distribuiu com mão prodiga. Mas, em compensação das muitas producções que lhes negou, nas poucas que lhes concedeu encerrou recursos para as mais instantes necessidades da vida humana.

Raras plantas fez brotar n'aquelles desertos, mas d'essas nem uma só creou que não seja util. Para saciar a sêde do peregrino lá plantou, onde fallecem os mananciaes, a prodigiosa *arvore do viajante*, que baloiça nos ares a sua maravilhosa copa, d'onde se distilla um refrigerante licor. Para lhe matar a fome fez

surgir do solo a *tamareira*, que lhe está offerecendo doces fructos em cachos graciosos, sob esplendido docel de verdura. Para lhe recobrar as forças, extenuadas pelas fadigas de jornadas penosas, lá lhe dispõe de longe em longe esses paraisos terrestres, chamados *oasis*, que a palmeira gentil, que se avista no extremo horisonte, lhe está indicando como logar de delicias consagrado ao repoiso.

Não animou taes desertos o Creador com essa copiosa variedade de animaes que enriquecem e aformoseiam tantas outras regiões, e que o homem por tão diversas fórmas sujeita aos seus gozos e caprichos. Mas que importa, se na unica especie de que lhes deu abundancia reuniu tantas condições para satisfação das necessidades e commodidades mais imperiosas da vida do mesmo homem? Que importa que alli faltem essas especies de animaes domesticos, que nos ajudam em os nossos trabalhos, que nos soccorrem em as nossas



O camelo

precisões, tão uteis que se nos antolham indispensaveis, se o camelo foi creado e dotadó com taes qualidades, que substitue nos desertos aquella falta, prestando-se a exercer as funcções mais essenciaes, que nós costumâmos distribuir por tão differentes familias de animaes caseiros?

O grande naturalista Buffon, tratando d'este animal singularissimo, exclama, possuido de verdadeiro enthusiasmo: «Considerando-se, sob um unico ponto de vista, em todas as qualidades do camelo, e nas variadas vantagens que d'elle se tiram, forçoso é reconhecel-o pela mais util e mais preciosa de todas as creaturas subordinadas ao homem. O oiro e a seda não são a verdadeira riqueza do Oriente. O camelo é que é o verdadeiro thesouro da Asia. Tem mais valia que o elephante, porque trabalha muito mais e consome muito menos; vale mais que o cavallo, o burro e o boi, considerados conjunctamente, porque um só camelo supporta mais carga que duas muares possantes; come tão pouco, e contenta-se com alimentos tão grosseiros como os jumentos; a femea dá mais leite e por mais tempo que a vacca; a carne dos camelos pequenos é tão saudavel e saborosa como a da vitella; o seu pello é mais bello e mais apreciado que a lã mais fina; e até dos seus proprios excrementos se tiram importantes vantagens, pois que da ourina

se extrae o sal amoniaco, e o estrume, depois de sêcco, arde com tanta facilidade, e produz uma chamma tão viva e brilhante como a da lenha; circunstancia de incalculavel vantagem n'esses desertos, onde por falta de materia combustivel o fogo é tão raro como a agua.»

Eis-ahi por que os arabes chamam ao camelo a sua providencia; e tem razão. Como poderiam, sem elle, percorrer em um dia o espaço de quarenta légoas? Onde achariam uma besta que lhe conduzisse sem custo, como elle, uma carga pesando dez quintaes? Não se poderá applicar bem a este animal o epitheto de verdadeira cornucopia, pois que os seus donos tiram d'elle carne e leite para se alimentarem; lã para se vestirem, ou, o que mais vale, para trocar a peso de oiro; e combustivel para se aquecerem e cozinharem?

Mas ainda além de tudo isto, o camelo é um guia seguro e intelligente; um servidor leal, sobrio, soffredor e previdente; em fim, um amigo dedicado e fiel.

Com o seu fino olfato descobre a grande distancia a agua por que almejam os viajantes, e para lá se encaminha pressuroso; e outras vezes é a sua vista agudissima que lhe mostra ao longe os indicios que annunciam o manancial.

Com o seu ouvido subtil distingue os sons mais longinquos, os rumores mais fracos ou abafados, dando logo signal com que o dono e caravanas inteiras se ponham em guarda contra qualquer ataque imprevisto, pois que não tarda a apparecer no extremo horisonte algum bando de cavalleiros, amigos ou inimigos.

Finalmente, com esses mesmos dotes, reunidos a um instincto apuradissimo, prevê, quando a atmosphera está ainda toda limpida, a aproximação das suas medonhas tempestades, d'esse horroroso *simoun* ou *cansim*, que n'um momento converte o dia em profundas trevas, revolve o deserto como o tufão aos mares, levanta e redomoinha nos ares montanhas de areia, com que ás vezes envolve e sepulta caravanas compostas de milhares de individuos. E o previdente animal, apenas se apercebe do perigo, que ainda então a nenhuma creatura é dado antever, larga a correr quanto póde, como quem foge á morte que o persegue. Não é preciso excitar-lhe o esforço. Por mais longa que vá a carreira, nunca esfria de ardor, nunca desanima em quanto os echos do deserto lhe trazem aos ouvidos o sinistro rugido do cyclone. E se presente que lhe não póde escapar, no momento em que o tufão vae rebentar sobre elle, lança-se instantaneamente por terra, com o ventre, pescoço e cabeça estendidos sobre a areia, e voltando a anca para a tempestade, ensina aos homens a defender a cabeça para que aquelle vento abrazador os não suffoque e lhes dê a morte, fazendo-lhes rebentar o sangue pelos olhos, e pelos ouvidos e ventas.

Como Deus creou o camelo para viver e transitar n'esses paizes aridos, onde a agua tanto escasseia, dotou-o com mais um estomago que a todas as outras especies de ruminantes. Serve-lhe esse estomago de reservatorio, d'onde, por meio de uma contracção nervosa, vae tirando, ou fazendo subir pouco a pouco, quando a sêde mais o aperta, agua, ou um certo liquido com ella parecido, e quanto basta para lhe refrescar as guelas e mitigar a seccura.

Assim póde passar o camello muitos dias sem beber agua. Quanto a comer, é tão sobrio, que não exige por dia mais alimento que algumas hervas sêccas, ou um punhado de favas ou cevada, ou quaesquer bocados de pão. E se isto mesmo lhe falta, soffre a fome por muito tempo, soffre-a com tamanha constancia, que não afrouxa o passo quando é mister andar depressa.

É tal o instincto d'este animal, e tão boa a vontade com que serve a seu dono, que se lança no chão, de joelhos e sobre o ventre, para que mais facilmente o possam carregar; e em quanto dura esta operação ora se inclina para um lado, ora para o outro, segundo é necessario para que fique bem feita a carga. Se sente que esta é excessivamente pesada, mais do que o permittem as suas forças, recusa levantar-se até que o alliviem. Reconhece o dono, ainda que esteja no meio de um numeroso ajuntamento de homens; e á sua voz obedece com tanta promptidão, e tão acertadamente, como o podéra fazer um criado.

Todos os animaes gostam de musica; porém os camelos acham n'ella tão grande encanto, que se, no meio de longa e penosa jornada, quando o calor, a fadiga e as privações mais os affligirem, ouvirem a seu dono, ou a alguem da comitiva, entoar uma cantiga, erguem a cabeça, pouco antes abatida; seus olhos amortecidos recobram vivacidade e brilho; e os seus passos, vagarosos e monotonos, apressam-se mais ou menos, segundo as cadencias da toada.

A pag. 93 do vol. III acharão nossos leitores mais algumas noticias ácerca d'este interessante quadrupede, e das diligencias que tem empregado o governo brasileiro para o introduzir e vulgarisar no Brasil. Entre nós já tambem se fizeram algumas tentativas no mesmo sentido, com relação ás nossas possessões da Africa occidental, e até ao proprio reino de Portugal. A respeito d'este ultimo, foram os srs. Ferreiras Pintos Bastos que mandaram vir alguns camelos, ha pouco mais de uma duzia de annos, para serem empregados em diversos trabalhos da sua fabrica de porcelanas da Vista Alegre, no districto de Aveiro.

Na sua passagem por Lisboa, figuraram os ditos camellos, com grande applauso d'este bom povo, no drama *O Templo de Salomão*, que tantas enchentes rendeu ao theatro de D. Maria II.

A nossa gravura representa um camello carregado em viagem, e pertencente a uma tribu nómada mongol do norte da Asia, que mudava de localidade em procura de melhores pastagens para os seus rebanhos.

Mr. Bourboulon, ministro da França na China, fazendo uma viagem de Shang-Haï a Moscou, ha quatro annos, passando por Pekin e atravessando a Mongolia e a Russia Asiatica, encontrou-se com a tribu de que acima fallámos. Na relação d'esta sua viagem, publicada no jornal francez *Le Tour du Monde*, expressa-se mr. Bourboulon a respeito da referida tribu nos seguintes termos:

«Ao chegarmos a Nara encontrámos uma tribu numerosa, em busca de melhores pastagens, levando comsigo tudo quanto possuia. Os homens e mulheres caminhavam montados em cavallos, sendo precedidos dos seus rebanhos. As criancinhas, mettidas em uns saccos, á maneira de alforges, iam penduradas das cargas dos camelos, baloiçando-se de um e outro lado junto do ventre do animal, e dispostos symetricamente, segundo a sua edade e peso. Por cima das crianças, entre e sobre as corcovas dos camelos, viam-se amontoados pannos de lã e de feltro, com que costumam cobrir as barracas ou tendas que lhes servem de casa; as armações de madeira das ditas tendas; armas; grelhas de ferro; caldeiras de cobre para fazer ferver o chá; e, finalmente, saccos de farinha de cevada. Em um alentado camelo, que passou mais perto de nós, vi duas criancinhas mui gordas e nuas, suspensas de um lado, no meio d'aquella miscellanea pittoresca de utensilios caseiros, e do outro lado, fazendo-lhe contrapeso, ia uma rapariga de seis annos e uma panella de ferro.»

Mr. Bourboulon achou tanta graça a este singular carregamento, que fez um desenho do camello assim preparado; desenho que o *Tour du Monde* reproduziu em gravura, da qual a nossa é cópia

I. DE VILHENA BARBOSA.

## PROTECÇÃO ÁS LETRAS

Foi Luiz XIV um principe tão protector das letras como o nosso rei D. João V. Apresentaremos aos nossos leitores mais um exemplo na seguinte circular, digna de ser conhecida e meditada, dirigida por Colbert, nos ultimos annos da sua vida, aos intendentes de França. Esta circular foi copiada, na bibliotheca municipal de Amiens, de um manuscripto em 4 volumes in-folio, de 1:000 paginas cada um, contendo as ordens e officios enviados a Breteuil, intendente da Picardia, desde 1682 até 1684, pelos ministros de Luiz XIV, Louvois, Colbert, Châteauneuf e Letelber, e por elles assignados.

Eil-a:

«*Circular.*—Ao sr. Breteuil.—19 de junho de 1683.

«Concedendo el-rei gratificações aos homens de letras, e sendo sua magestade assim protector da academia franceza, como fundador de várias academias de sciencias e artes, seria para desejar que nas provincias do reino se encontrassem alguns homens de litteratura que podessem applicar-se tanto a uma sciencia particular como á historia de cada provincia; e visto que, no caso de encontrar se, sua magestade lhe concederá uma gratificação conforme o seu merito, rogo-vos que investigueis se na provincia confiada á vossa administração ha alguma pessoa n'esta circumstancia, e, no caso affirmativo, participae-m'o; outrosim, quando não encontreis pessoa edosa que se tenha dedicado a alguma sciencia ou litteratura especial, podereis achar algum mancebo de 25 a 30 annos, que tenha talento e disposição para se applicar á investigação da historia de uma provincia, ou a outra sciencia, e então poderemos estimulal-o para se dedicar a esse trabalho, ou para se applicar mais solicitamente á sciencia que seja conforme ao seu gosto e indole; n'este caso, segundo o seu trabalho e merito, proporei a gratificação a sua magestade.

«Recommendo-vos, portanto, o assumpto d'esta circular, e espero que se não demorará muito a vossa resposta.—*Colbert.*»

---

## CASTELLO DE ALVITO

(Conclusão. Vid. pag. 105)

II

Agora que já expozemos a nossa opinião, ainda que em resumido quadro, ácerca d'este assumpto, poderemos ser mais facilmente comprehendidos nas observações que nos suscita o objecto representado em a nossa gravura. Essas observações dirão respeito á epocha em que foi fundado o palacio acastellado dos srs. marquezes de Alvito, pois que a data da sua fundação é para nós materia duvidosa.

Sobre a porta principal do edificio está uma lapida com a seguinte inscripção: *Esta fortaleza se começou a 13 d'agosto de 1454 por mandado de ElRei D. João* II, *nosso Senhor, e acabou-se no tempo de ElRei D. Manuel o primeiro; fêl-a por seus mandados D. João Lobo Barão d'Alvito.*

Contém esta inscripção dois anachronismos, que a denunciam como obra muito posterior aos reinados dos dois soberanos n'ella mencionados. No anno de 1454 reinava D. Affonso V, achando-se no 22.º anno da sua edade, e no 16.º do seu reinado. Este monarcha falleceu em 1481. D. João Lobo foi o quarto barão de Alvito, e vêdor da fazenda del-rei D. Sebastião, emprego que foi exercido por seu pae, D. Rodrigo Lobo, terceiro barão de Alvito, em tempo del-rei D. João III, e por seu avô, D. Diogo Lobo, segundo barão, nos reinados de D. Manuel e D. João III. O pae d'este D. Diogo Lobo, que foi o primeiro barão de Alvito, abrangeu os dois reinados de D. Affonso V e D. João II.

Ainda que se queira attribuir o primeiro anachronismo a um erro de data, praticado, não pelo compositor da inscripção, mas sim pelo gravador; ainda que se devesse tomar aquella era pela de Cesar, correspondendo então a 1492, o que não póde ser, porque havia já bastantes annos que, sob o governo e por ordem de D. João I, fôra abolido o uso de contar os annos pela era de Cesar, introduzindo-se a de Christo; ainda assim, dizemos, fica de pé o segundo anachronismo, que basta de per si para desauctorisar a referida inscripção.

D. Antonio Caetano de Sousa, na sua *Historia genealogica da casa real portugueza*, diz que fôra el-rei D. João II o fundador do castello de Alvito.

As opiniões d'este escriptor são, em geral, de muita auctoridade, porque teve á sua disposição, para a feitura d'aquella importantissima obra, todos os archivos do reino, não só do estado, das camaras, das sés e mosteiros, mas tambem alguns de casas particulares muito copiosos. Entretanto, como não declara a fonte onde colheu aquella noticia, poderemos presumir que seria na inscripção acima mencionada. N'este caso prevalecem no nosso animo as dúvidas que expozemos ácerca da fundação de castellos particulares durante o reinado de D. João II.

Não negâmos que n'esta epocha se construissem alguns edificios com fórmas acastelladas; porém todos esses edificios de que temos conhecimento são templos ou casas, cujas feições de castello não eram mais que simples ornamentos, sendo este uso um como legado do reinado antecedente. Porém o palacio dos srs. marquezes de Alvito não está n'este caso, porque é uma verdadeira fortaleza, como demonstraremos na descripção d'elle.

Todavia, como na falta de bons fundamentos tenham algum valor as conjecturas, diremos que o que nos parece mais provavel, e que cremos se conforma com a tradição de familia, é que o dito castello foi, com effeito, começado no anno de 1454, com permissão del-rei D. Affonso V, por D. Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito e de várias outras terras, pae de D. Maria de Sousa Lobo, que foi casada com João Fernandes da Silveira, primeiro barão de Alvito, chanceller-mór del-rei D. Affonso V, e seu escrivão da puridade, regedor da casa da supplicação, chanceller-mór del-rei D. João II, seu escrivão da puridade, e vêdor da fazenda, o qual foi encarregado por aquelles soberanos de dez embaixadas a differentes cortes da Europa. Por este casamento vieram para a casa de Alvito os morgados e bens de D. Diogo Lopes Lobo.

É possivel, porém, e até a simples analyse do edificio mostra, que muito posteriormente se fizeram n'elle obras mais ou menos importantes, não de accrescentamento, mas sim de adorno, como se póde julgar á vista de algumas janellas, que pertencem á architectura dominante em tempo de D. João II, de D. Manuel, e outras da epocha de D. João III.

III

O castello de Alvito, situado na extremidade da villa d'este nome, que fica ao sul, ergue-se em terreno um pouco mais elevado que o d'esta povoação, a qual se acha edificada em logar alto. Não obstante, levanta-se o castello no meio de uma planicie que o cerca por todos os lados.

Tem o edificio, na sua projecção horisontal, a fórma quadrangular. Compõe-se de quatro fachadas exteriores, flanqueadas de outras tantas torres circulares e mais elevadas, e de quatro fachadas interiores, que sobre arcadas guarnecem um espaçoso pateo.

A frontaria principal estende-se sobre um amplo terreiro, denominado *largo do Castello*, que, apesar

de servir de praça publica, é pertencente ao edificio. N'esta frente, representada em a nossa gravura, fica a entrada do castello, que é defendida por um fosso com ponte levadiça. No portal apenas ha digno de attenção dois escudos de armas, esculpidos em pedra, que avultam sobre o mesmo portal, logo por cima da inscripção já por nós citada. Um é o escudo das armas reaes, e o outro o brazão da casa de Alvito, estando este á esquerda d'aquelle. Daremos mais adiante a razão de se acharem ahi juntos os dois brazões.

Chama-se a esta fachada a principal por estar n'ella a porta do castello; porém, quanto a regularidade e belleza, aquelle epitheto quadra melhor á que está voltada para o lado de Beja. Cae esta frente sobre o jardim e pomares de larangeiras, que são cercados de muros.

As outras fachadas deitam para a cêrca do castello e para os lados do *Rocio* e *Praça* da villa.

O portal da entrada conduz ao pateo de que acima fallámos, d'onde sóbe uma escadaria de tres lanços, que dá ingresso para uma grande sala chamada *dos Veados*, que por duas outras mais pequenas offerece communicação para todos os aposentos do castello.

A torre que fórma o angulo do norte tem tres pavimentos, cada um com um quarto circular. O quarto do primeiro andar tem um alçapão que dá para o quarto do pavimento terreo, que communicava com um subterraneo, hoje entulhado, e que, provavelmente, seria outr'ora uma passagem occulta, para, em caso de cêrco, proporcionar saída á guarnição para se prover do que mais lhe escasseava, ou para tentar alguma empreza em que tomasse de sobresalto os sitiantes; ou, finalmente, em extrema necessidade, para proteger uma retirada.

A torre do lado de léste tem tres quartos em andares; é denominada *do sino*, por ser coroada pelo campanario da capella do castello, cuja sacristia occupa o segundo andar da dita torre. A do sul olha para a praça da villa; é de todas a que tem maior ambito. Nos seus tres andares, onde ha excellentes salas, vêem-se formosas janellas, que mostram pela sua architectura terem sido abertas, ou reformadas, a do primeiro andar no reinado de D. João III, ou posteriormente, e a dos dois superiores no del-rei D. Manuel. Por baixo d'esta torre, em um panno de muralha que resalta d'ella sobre a praça, nasce uma fonte de tão abundante manancial, que vae d'alli regar seis quintas e fazer trabalhar seis azenhas. É uma verdadeira curiosidade natural. Torre e fonte vêem-se na gravura publicada a pag. 105, a qual tambem mostra as torres de léste e oéste.

Além d'estas quatro torres, ha mais outra chamada *da menagem*. Ergue-se entre as do norte e oéste. Não apparece em a nossa gravura por causa do ponto de vista d'onde foi tirado o desenho original do castello. A torre da *menagem*, ou *homenagem*, é quadrada, e tem dois andares. As suas paredes tem tres metros de espessura. Algumas janellas com grades revelam que servíra de prisão.

Sobre as quatro fachadas do castello corre um passadiço ou terrado guarnecido de ameias com setteiras que communica interiormente com todas as torres, as quaes tem por cobertura uma plataforma com a mesma guarnição, excepto a da *menagem*.

Das janellas, e sobre tudo d'aquelle terrado, descobrem-se extensos panoramas, em que avultam muitas cordilheiras de montanhas, a cidade de Beja e diversas outras povoações.

A capella é tão vasta que lhe dão a denominação de egreja. É consagrada ao Espirito Santo. Os objectos notaveis que encerra são: uma imagem do *Senhor Morto*, que a tradição diz ser coeva com a fundação do castello; e uma banqueta de prata, que tem gravada a era de 1512.

Em uma das salas do castello existe um grande movel antigo, rico e de feitio singular. Consta de uma especie de commoda, com quatro gavetas e assente sobre quatro leões. Em cima d'esta peça levantam-se quatro columnas que sustentam um docel. Todo este movel é de madeira de cedro, marchetada de ebano e marfim. Tem de altura $3^{m},50$, e de largura $2^{m}$.

No anno de 1531, achando-se hospedados n'este castello el-rei D. João III e sua mulher, a rainha D. Catharina de Austria, esta soberana ahi deu á luz, no dia 1 de novembro, o principe D. Manuel, quinto fructo do seu consorcio [1]. Foi por occasião d'este feliz successo, que alvoroçou toda a nação com a esperança e jubilos de ver assegurada a successão da coroa e renovadas, a seu tempo, sobre o governo de um segundo Manuel, as venturas do primeiro; foi, dizemos, para commemorar este auspicioso acontecimento que se collocou sobre a porta do castello o escudo das armas reaes á direita do brazão dos barões de Alvito.

Além da camara onde nasceu aquelle principe, ha outro quarto, memoravel em nossa historia moderna. É aquelle em que pernoitou o sabio e virtuoso rei D. Pedro V, de gloriosa recordação, no seu regresso a Lisboa da ultima viagem que fez ao Alemtejo, e da qual se lhe originou pouco depois a fatal doença que o lançou no sepulchro.

O castello de Alvito é, certamente, a mais notavel de todas as construcções d'este genero que ao presente existem em Portugal, tanto pela grandeza e aspecto guerreiro do edificio, como pelo excellente estado de conservação em que se acha, sem embargo de estarem pesando sobre as suas abobadas mais de quatro seculos, e de lhe terem abalado os fundamentos, durante este longo periodo, várias convulsões da terra, que tantas povoações prostraram na Estremadura, Alemtejo e Algarve.

Este castello é solar dos srs. marquezes de Alvito, que habitam n'elle uma grande parte do anno. É uma das familias mais illustres do reino, quer pela antiguidade da sua nobreza, quer pelos serviços prestados ao paiz por grande numero de seus membros nos campos de batalha, nos tribunaes de justiça, na diplomacia e no governo do estado.

Foram-lhe dadas as primeiras honras e privilegios de *senhor de terras* por el-rei D. João I, por alvará de 8 de maio de 1387. El-rei D. Affonso V recompensou os importantes serviços de João Fernandes da Silveira creando-o barão de Alvito, por alvará de 27 de abril de 1475. Foi o primeiro barão que houve em Portugal. Tambem em galardão de serviços foram concedidos a esta familia os titulos de conde de Oriola, villa do Alemtejo de que tem o senhorio, por alvará del-rei D. João IV, datado de 16 de setembro de 1653; e de marquez de Alvito por alvará del-rei D. José I, de 4 de junho de 1766.

É actual representante d'esta nobre familia, e proprietario do castello de Alvito, o sr. D. José Antonio Lobo da Silveira Quaresma, quinto marquez de Alvito, oitavo conde de Oriola, decimo quinto barão de Alvito, decimo oitavo senhor da mesma villa, e par do reino.

A gravura do castello de Alvito, e o desenho original de que é cópia, são obra do nosso habil gravador o sr. João Pedroso.

I. DE VILHENA BARBOSA.

[1] Foi jurado principe herdeiro do throno no dia 13 de junho de 1535, nas cortes convocadas para esse fim na cidade de Evora. Foi celebrado este nascimento com extraordinarias festas e demonstrações populares de regozijo, não só em todo o reino, mas até na cidade de Bruxellas, onde o embaixador de Portugal, D. Pedro Mascarenhas, mandou fazer grandiosos espectaculos publicos, e deu uma funcção magnifica e opiparo banquete ao imperador Carlos V, a sua irmã D. Maria, rainha da Hungria, a outros principes da familia imperial e a toda a corte.

Porém todas estas alegrias e esperanças foram prematuramente convertidas em tristezas pelo fallecimento do principe D. Manuel, que succedeu na cidade de Evora, aos 13 de abril de 1537, não tendo chegado a completar seis annos de edade. Jaz na egreja de Santa Maria de Belem, em Lisboa.